

MÍDIA E CONHECIMENTO PÚBLICO: AS NOTÍCIAS SOBRE AS CÉLULAS-TRONCO

Claudio BERTOLLI FILHO¹

RESUMO: O objetivo deste texto é analisar o enfoque adotado pelo jornal Folha de S. Paulo no referente ao emprego das células-tronco nas pesquisas científicas, tomando-se para estudo os editoriais, artigos e cartas dos leitores publicados no transcorrer do ano de 2005. A análise dos textos produzidos pelo jornal deixa claro o posicionamento do órgão de imprensa em favor do amplo uso das células-tronco, mas a análise das cartas dos leitores demonstra que nem todos concordam com o que é proposto pelo jornal. Nesse processo, a mídia contribui para a constituição de um conhecimento público sobre os temas referentes à biologia celular e molecular, sem contudo tornar a opção do jornal como única e irrefutável.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia impressa. Conhecimento público. Produção de sentidos. Células-tronco. Folha de S.Paulo.

As últimas décadas têm testemunhado um movimento que, a partir da comunidade científica, também atinge os canais midiáticos: a substituição da física atômica pela biologia celular e molecular como “rainha das ciências”. Isso porque o encerramento da Guerra Fria, com o conseqüente esmaecimento do temor alimentado pela possibilidade de ocorrência de um “holocausto nuclear”, não por acaso coincidiu com o desbravamento de novas fronteiras na área das ciências médico-biológicas. Dentre as novidades apresentadas, sobretudo a partir de meados da década de 1980, encontram-se a implementação do Projeto Genoma Humano e a multiplicação de alusões públicas a temas até então exclusivos de um limitado grupo de pessoas: DNA, genes, clonagem, produtos transgênicos e, finalmente, células-tronco.

Com isso, não só houve a destinação de maiores recursos públicos e privados para as novas áreas de pesquisa e o aumento do interesse social pelo setor genericamente denominado genômica, mas também a mídia passou a ser utilizada

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Bauru – SP – Brasil. 17.033-360 – cbertolli@uol.com.br

como o principal dispositivo de apresentação para os leigos dos avanços e da importância dos novos conhecimentos científico-biológicos. Através dos jornais e revistas, da televisão, do rádio e da Internet houve um empenho crescente em informar e sensibilizar a população sobre a abertura de um tempo novo na história humana, reiterando-se a necessidade de apoio e incorporação coletiva das novas idéias e recursos oferecidos pela ciência e tecnologia. Focada através das lentes espetaculares dominadas pela mídia, a ciência foi alçada à condição de emblema privilegiado da pós-modernidade ou, como querem alguns analistas, da modernidade tardia e, nesta condição, os canais midiáticos têm reiterado a função que lhes é própria: prover a sociedade de novas informações, contribuindo com isto para a constituição de um “conhecimento público” e comum sobre uma grande variedade de temas, inclusive os de ordem científica (SCHUDSON, 1996).

Na perspectiva cultural, a reforçada apologia à ciência surpreendeu a sociedade ocidental em uma fase crucial de sua trajetória, pois, ao mesmo tempo em que o saber especializado passou a ser destacado como a pedra angular da existência individual e do convívio coletivo, também se detectou a multiplicação dos receios sobre as implicações do apego às novas opções científicas para o futuro da humanidade. Observa-se assim a constituição de uma “sociedade reflexiva” que, ao avidamente incorporar as propostas recentes como estratégias para a definição das identidades sociais, ao mesmo tempo busca averiguar as implicações das recentes opções para o futuro (GIDDENS; BECH; LASH, 1997).

Nesse contexto, destaca-se no bojo das expressões públicas, inclusive nos discursos da mídia, a concomitância de duas tendências culturais. A primeira delas tem sido rotulada de “cultura da segurança”, apontando para a tecitura pós-moderna, especialmente a de cunho científico, como um fenômeno benéfico para o bem-estar e aperfeiçoamento humano. Em sentido diverso e ao mesmo tempo complementar, observa-se também o fluir de uma “cultura de risco” que, mesmo incorporando as novas idéias e produtos científicos, recobre-se de cautela e reticências no processo de análise das conseqüências potencialmente danosas que tais itens podem oferecer tanto para o tempo presente quanto para o porvir coletivo (GIDDENS, 2002).

A partir disso, estabelece-se o objetivo deste texto: avaliar os caminhos e as estratégias assumidas pela mídia para apresentar ao público as possibilidades e os limites do uso das células-tronco, suas implicações ética e os possíveis efeitos das novas propostas biotecnológicas para o futuro humano. A amplidão do tema impõe a necessidade de um recorte e, neste sentido, optou-se pela análise da mídia impressa, tomando-se como estudo de caso o conjunto de matérias veiculadas sobre o tema pelo paulistano jornal Folha de S. Paulo, restringindo-se temporalmente o enfoque aos textos jornalísticos produzidos no período de janeiro a dezembro de 2005.

A opção pela análise das matérias veiculadas pela Folha deve-se à circunstância de, além de contar com repercussão nacional, este jornal também busca postar-se frente a seus leitores como porta-voz privilegiado da pós-modernidade, condição assumida inclusive em seu projeto editorial (SILVA, 2005). Nessa rota, este órgão da imprensa tem concedido destaque singular às notícias científicas pois, somente em 2005, veiculou não menos que 1.500 textos exclusivamente tematizados ou tomados por referências substanciais aos assuntos específicos da biologia celular e molecular, correspondendo a algo em torno de 4 matérias por dia. Ainda mais no período indicado para estudo, quando ocorreram fatos considerados vitais para o entendimento da questão das células-tronco no ambiente nacional, especialmente as discussões realizadas em torno da Lei de Biossegurança, aprovada em 2 de março.

O encaminhamento conferido a este artigo parte de uma sucinta abordagem do processo de produção do texto jornalístico impresso para, na seqüência, estabelecer algumas considerações sobre o conjunto de notícias centrado nas células-tronco. Nesta etapa, serão abordadas as informações e posicionamentos localizados nos editoriais e no noticiário científico para, em seguida, focar-se as identidades atribuídas aos grupos em confronto, destacando-se neste setor a figura do cientista Woo Suk Hwang, para, enfim, discutir-se as reações às notícias por parte dos próprios leitores do jornal.

Ressalta-se também que aqui se busca fugir dos velhos posicionamentos nutridos pelas pontificações segundo as quais os produtos midiáticos contam com o exclusivo objetivo de alienar, manipular, confinar à passividade, vender mercadorias, etc. Se isto geralmente tende a ocorrer, existem muito mais conseqüências no processo de fabulação do real promovida pelos meios de comunicação de massa do que é geralmente apontado. Como instrumento de “construção inteligível do nosso tempo”, a mídia merece estudos que, afastando-se das cores maniqueístas e a localização da unidade das reações, voltem-se para a complexidade e a pluralidade de respostas públicas a tudo que é lido, ouvido, assistido (RAMOS, 2002).

A produção da notícia

Há muito já caíram por terra as asseverações de que a notícia jornalística, enquanto mensagem midiática, é algo neutro e que espelha uma realidade supostamente única e, portanto, inquestionável. O que hoje se admite é que o texto jornalístico constitui-se em uma representação ou versão da realidade, em relação à qual mantém tênues laços de cumplicidade (PONTE, 2005). As dimensões ideológicas ditadas pelas empresas da mídia, a rotina produtiva instaurada nas redações, o processo de seleção dos eventos que se transformarão em notícias, as fórmulas consagradas de redação dos textos, os imperativos culturais dos quais os jornalistas

são tributários, o possível desconhecimento do comunicador em relação ao tema focado (especialmente no caso do noticiário científico) e o perfil admitido do leitor são apenas alguns dos fatores que permeiam a elaboração, divulgação e consumo público de um texto impresso. Em linhas gerais, são esses elementos que mediam as relações entre o acontecimento e a notícia (RODRIGUES, 1999).

Apesar da variedade dos fatores interferentes na produção da notícia, a dimensão cultural se mostra predominante. Para Schudson (1987, 1988), as versões da história e da tradição predominantes em uma determinada sociedade fazem com que a notícia assuma a condição de um “texto cultural”, isto é, uma peça articulada a partir da mobilização de padrões de percepção e avaliação da realidade e também de visões de mundo preexistentes à própria notícia, circunstância que viabiliza a existência de um sentido inteligível e admitido pela sociedade na qual a própria notícia é construída e disseminada. Em desdobramento, o mesmo autor indica duas variantes convergentes do que se entende por “ação cultural” do campo comunicacional. Primeiramente, pelo viés antropológico, destaca-se a lógica cultural que instrui o texto jornalístico, permitindo inclusive que novos fatos sejam convenientemente interpretado segundo “velhas categorias cognitivas”, isto é, modelos pré-estabelecidos de apreensão da realidade. Em segundo lugar, pela perspectiva da crítica literária, avalia-se a escrita da notícia como tributária de gêneros da literatura que, através de formulações “estereotipadas”, oferece uma formatação apropriada para os acontecimentos, impondo sub-repticiamente ao leitor estratégias específicas de recepção e interpretação do enredo noticioso.

Aprofundando sua análise, Schudson (1996) postula que, no processo de elaboração da notícia, aplica-se um conjunto de procedimentos reunidos sob o manto da “noticiabilidade”, o qual constitui-se em uma complexa operação que (re)produz os valores e necessidades vigentes na sociedade para a qual o texto é dirigido. Ao tornar-se conhecimento público, o produto midiático mostra-se mais significativo do que o próprio evento de referência, assumindo as proporções de uma “forma de cultura” e, nesta posição, ganha função central na constituição das percepções e das estratégias de ação e reação, tanto no plano individual quanto no grupal.

Além disso, para conquistar a atenção do leitor, os profissionais da mídia servem-se de dispositivos já tradicionais na composição da notícia, estando dentre eles a apresentação de contornos definidos de interesses entre os personagens supostamente antagonistas retratados em uma matéria, a proposital distorção e/ou fragmentação do que é declarado pelos entrevistados, a exploração de dificuldades e impasses pessoais para a sensibilização do leitor e o constante apelo aos instintos primários (ECO, 1976). A partir destas considerações, uma questão fica no ar: os jornais – e os meios de comunicação em geral – são direcionados para informar ou para desinformar o público? (SERVA, 2001).

As notícias sobre as células-tronco comportam todos esses elementos e problemática. Vamos a elas.

O teor das notícias

Repetindo o que vinha acontecendo desde meados da década passada, em 2005 a Folha de S. Paulo dedicou grande destaque ao noticiário científico. Especificamente sobre as células-tronco (CT), durante o ano em questão foram veiculadas 280 matérias centradas ou com referências significativas ao tema, das quais somente 82 (29,3%) foram estampadas no “Caderno Ciência”, enquanto que as demais foram disseminadas em treze outras editoriais, resultando em aproximadamente 0,77 matérias por dia². Além disso, a importância conferida ao assunto pode ser atestada através das manchetes de primeira página do jornal, sendo elas, acompanhadas ou não, de textos relativamente curtos que remetem o leitor para as matérias que se encontram nas páginas internas do exemplar. No caso das CT, o tema foi invocado nominalmente em 28 capas no decorrer do ano investigado.

Vale ressaltar que nem todas as matérias serão focadas neste artigo, restringindo-se a atenção a apenas alguns eixos temáticos presentes no *corpus* analisado. Nesse sentido, pensa-se que o conhecimento público sobre o tema depende em larga dose do interesse do órgão de imprensa em agendar a sociedade. Esclarece-se que, por “agendamento” ou *agenda-setting*, entende-se o processo de seleção e reiteração de acontecimentos, idéias e valores sob a tutoria dos meios de comunicação de massa, com o objetivo de mobilização da sociedade em torno de assuntos supostamente significativos para o funcionamento da vida coletiva (WOLF, 2001). As matérias da Folha são apenas uma dentre inúmeras expressões de agendamento orquestrado pela mídia, sendo que todas as empresas de comunicação tendem a empregar critérios e enfoques relativamente semelhantes para a elaboração e veiculação de seus produtos noticiosos. Por isso notamos pouca distinção temática e contéudística entre, por exemplo, as notícias veiculadas pela Folha e o teor do telejornalismo sob responsabilidade da Rede Globo de Televisão³.

² Além da editoria “Ciência”, as demais editoriais que se responsabilizaram pelas matérias sobre o tema abordado neste artigo foram: “Brasil” (22 matérias), Cadernos Especiais: “Guia de pós-graduação”, “Mulher”, “O novo papa, João Paulo II” e “Guia das profissões” (10), “Cotidiano” (40), “Dinheiro” (03), “Entrevista da 2ª” (03), “Equilíbrio” (02), “Esporte” (01), “Folha sinapse” (02), “Ilustrada” (12), “Mais!” (12), “Mundo” (11), Opinião: “Editorial”, “Painel do Leitor”, “São Paulo”, “Tendências e Debates” (49), “Primeira Página” (28) e “Revista da Folha” (03).

³ A amplitude do processo de agendamento pode ganhar dimensões de escopo mundial. As matérias veiculadas pela Folha de São Paulo são total e parcialmente reproduzidas na Internet pelo provedor Universo *on Line* (UOL), resultado da associação entre o jornal mencionado e o Grupo Abril, que segue linha editorial aproximada ao do Grupo Folha. Tanto esse grupo quanto o da família Civita, por sua vez, recebem as notícias internacionais pautadas pelas agências noticiosas *United Press International* (UPI)

Os editoriais

No âmbito de um grande jornal, o proprietário ou um grupo de sua inteira confiança é responsável pela composição diária dos editoriais, os quais estabelecem não só a linha adotada pelo órgão da imprensa como também indicam os parâmetros de análise que devem ser obedecidos pelos demais jornalistas da empresa (BREED, 1999). Em consequência, o editorial corresponde ao “rosto” do jornal e, numa democracia plena, é nele que o leitor se inteira do posicionamento oficial do órgão da imprensa em relação às principais questões do cotidiano.

No caso da Folha, durante o ano de 2005, foram dedicados 10 editoriais para discutir questões referentes às CT, todos eles explicitamente comprometidos com a defesa do uso de CT embrionárias humanas. Na verdade, nesta seção pouco se definiu, com um mínimo de cientificidade, o que são, afinal, as CT; em vez disso, os editoriais mostraram-se empenhados em situar os personagens que se posicionaram em relação ao tema em dois grupos, os que apoiavam e os que eram contrários ao emprego de CT embrionárias em experimentos laboratoriais. A própria rotulação de ambos os grupos já deixava claro o posicionamento do jornal: os favoráveis ao uso de CT embrionárias humanas foram apresentados como “liberais”, “democráticos”, “esclarecidos” e “pragmáticos”, enquanto que os que rejeitavam a proposta foram catalogados como “religiosos”, “tradicionais”, “reacionários” e “românticos”. Outra estratégia adotada nos editoriais foi a de pouco se referir às personalidades que apoiavam o uso das CT embrionárias – regra que seria reproduzida pelas demais editoriais da Folha – e, em vez disto, destacar o papel demeritório dos seus antagonistas.

Importado do ano anterior, os argumentos invocados no editorial datado de 11 de janeiro, sintomaticamente intitulado “Ciência e crença” incorria no “vício” maniqueísta da imprensa de evidenciar a existência de duas posições conflitantes, paralelamente reforçando a noção cartesiana do corpo como uma máquina cujos componentes poderiam ser retificados ou substituídos graças aos recursos oferecidos pela biotecnologia. Mais ainda, ressaltou-se que o caráter pragmático da atividade científica buscava superar as discussões pautadas pela ética, tentando novos procedimentos de captação das “células coringa” não dos blastocistos, mas sim das mórulas que, supostamente, – ainda segundo o jornal –, não encontrariam “forte oposição por parte de vários setores da sociedade, notadamente os religiosos”. Por fim, concluiu-se que “[...] a possibilidade de encontrar a cura para males que matam

e Reuters, além de muitos dos conteúdos se originarem dos canais de televisão CNN, TNT e Cartoon que, em conjunto, pertencem à Turner Broadcasting (LIMA, 2001). Mais ainda, desde o início da presente década, o Grupo Folha mantém sociedade com as Empresas Globo através do jornal Valor Econômico, aliança que propiciou um maior fluxo de informações e matérias entre as duas empresas.

ou incapacitam seres humanos justifica plenamente a pesquisa e os tratamentos com células-tronco embrionárias.” (CIÊNCIA..., 2005, p.A2).

Esse editorial constitui-se em uma peça modelar cujos argumentos foram reiterados no decorrer de todo o ano, sendo também assumidos pelas demais editoriais da Folha, mesmo que com o acréscimo de novos e periféricos argumentos que visavam, sobretudo, conferir maior consistência e legitimidade à condição plenamente ética do uso de CT embrionárias.

No editorial seguinte dedicado ao tema, datado de 3 de fevereiro, o jornal apoiou a ação civil pública com vistas a permitir a pesquisa de CT de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro*, sob a alegação de que cerca de 20 mil embriões encontravam-se armazenados em clínicas de fertilização e que acabariam sendo descartados como “lixo biológico”. No mesmo texto, criticou-se os sucessivos adiamentos da votação da Lei de Biossegurança, reiterando que a “opinião pública esclarecida” desejava ver a lei aprovada, enquanto que os “parlamentares religiosos, católicos ou evangélicos” estavam obstaculizando a votação (EM PROL..., 2005, p.A2).

O argumento invocado em favor do uso de CT embrionárias ganhou o seguinte curso:

As terapias que usam células-tronco são uma das principais esperanças da ciência para o tratamento de doenças degenerativas. Trazem, além disso, a perspectiva de que laboratórios venham a desenvolver órgãos para transplantes, pois células-tronco embrionárias guardariam a possibilidade de converter-se em qualquer tipo de tecido (EM PROL..., 2005, p.A2).

Em continuidade, o jornal conclamou não só a sociedade, mas também o próprio governo a empenhar seu “peso político” no processo de aprovação da Lei de Biossegurança, não só para garantir a possibilidade de tratamento de uma legião de enfermos e deficientes, mas também para permitir que “o Brasil avance nessa promissora vertente da pesquisa científica”.

Já no dia 4 de março, o editorial festejava a aprovação, ocorrida dois dias antes, da Lei de Biossegurança e a conseqüente derrota do que foi denominado “lobby religioso”, advertindo porém que a lei ainda mostrava-se “um tanto conservadora” ao proibir a clonagem terapêutica, isto é, a criação de embriões geneticamente idênticos ao paciente para servir-lhe de banco de células. Ainda mais, o editorialista declarou-se esperançoso de que, num tempo futuro, o emprego de CT embrionárias poderia eliminar por completo a necessidade de realização de transplantes de órgãos e tecidos (VITÓRIA..., 2005, p.A2).

A tese sobre o emprego de CT como substitutivo dos transplantes foi aproveitada ainda na elaboração de outros editoriais, um deles versando sobre as longas filas de espera para o transplante de fígado e outro criticando os grupos que combatiam o uso de cobaias em experimentos laboratoriais. Taxados sobretudo de “religiosos” e “românticos”, os opositores aos posicionamentos adotados pela Folha foram sugeridos como membros de uma comunidade que não reuniria sensibilidade suficiente para entender o pesadelo dos moribundos que aguardavam a doação de um órgão para transplante e que também não conheceria a especificidade das pesquisas com células totipotentes. Aproveitou-se ainda a oportunidade para realçar outros argumentos que passaram a ser invocados com constância, enfatizando-se dentre eles a condição laica do Estado, o que permitiria a este não ceder às pressões invariavelmente consideradas de origem religiosa. Ao mesmo tempo passou-se a destacar também o risco de, se aceitos os argumentos dos opositores ao uso das CT embrionárias, condenar o Brasil a perder o seu lugar na história das pesquisas científicas de ponta. Pouco faltou para o jornal asseverar que a pátria estava em perigo de tornar-se um país obtuso e condenado pelas principais potências científicas do mundo.

Um novo núcleo de embate foi adotado nos editoriais quando, em finais de maio, Cláudio Fonteles, procurador-geral da República, apresentou ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo da Lei de Biossegurança que autorizava a utilização de CT extraídas de embriões humanos para a pesquisa ou tratamento de doenças. Apesar de Fonteles ter baseado sua argumentação em princípios legais, o crivo religioso foi novamente atribuído como motivo para o posicionamento incorporado pelo jurista. No dia 2 de junho foi com estes termos que um editorial tentou desqualificar a atitude desse personagem:

A indiscutível competência técnica do procurador-geral da República [...] parece ter sido abalada por suas convicções religiosas. [...] A argumentação de Fonteles tem proveniência católica. Partindo do pressuposto de que a vida começa com a concepção, o procurador-geral sustenta que a permissão para as pesquisas que, por ora, implicam a destruição do embrião, viola o caput do artigo 5º. da Constituição. (A AÇÃO..., 2005, p.A2).

Após invocar gongoricamente alguns dispositivos do Código Civil e também chamar a atenção para o fato de que as mulheres naturalmente perdem de 2/3 a 3/4 dos óvulos fecundados, o editorial foi fechado com uma observação em tom acintoso: “Como procurador-geral da República, Fonteles pode e deve agir segundo sua consciência. Só não deveria esquecer o que aprendeu na faculdade de direito” (A AÇÃO..., 2005, p.A2).

Algum tempo depois, a substituição de Fonteles por Antônio Fernando de Souza no cargo de procurador-geral da União foi vista como um avanço do governo em relação à defesa do desenvolvimento das pesquisas científicas, inclusive porque Souza foi inicialmente apresentado como um profissional desvinculado de qualquer religião. No entanto, pouco tempo depois Souza também se tornou alvo da fúria dos responsáveis pelos editoriais da Folha porque manifestou-se favoravelmente à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida contra o artigo da Lei de Biossegurança que autorizava as pesquisas médicas com CT embrionárias.

No editorial datado de 22 de novembro, arregimentaram-se todos os argumentos até então invocados em favor das pesquisas e tratamentos com CT embrionárias. Para o jornal, tanto Fonteles quanto Souza eram religiosos tradicionalistas, sendo esta a conclusão do texto:

A liberdade religiosa é protegida pelo Estado, mas isso de modo algum significa que as crenças de um determinado grupo social possam ser impostas ao conjunto da sociedade. O STF precisa apreciar a Adin de uma perspectiva laica, ou poderá causar grande dano à ciência e à separação entre Igreja e Estado no país (VETO..., 2005, p.A2).

As discussões sobre as CT embrionárias passaram a ganhar maior complexidade, apesar de os editoriais mostrarem-se reiterativos e simplificadores dos debates, mantendo a linha de que o confronto se dava entre ilustrados e religiosos. Ao mesmo tempo, a Folha, como a maior parte da mídia nacional, buscou afastar-se das discussões nutridas pelas dúvidas sobre a condição ética dos experimentos com material retirado de embriões humanos.

Sintomaticamente, apenas no último editorial do ano, datado de 28 de dezembro, a dimensão ética foi explorada, e assim mesmo para referir-se ao chamado “caso Hwang”, quando o cientista sul-coreano foi acusado de fraude nas pesquisas. Apesar da gravidade das acusações, o assunto entrou em pauta menos para condenar o cientista e sim para declarar que sua conduta antiética tinha conferido um pouco mais de força ao movimento orquestrado pelos opositores dos estudos e do emprego terapêutico das CT embrionárias (FRAUDE..., 2005, p.A2).

As células-tronco nas matérias científicas

O diapasão estabelecido através dos editoriais permitiu que a Folha arquitetasse, através de estratégias próprias dos meios de comunicação de massa, uma noção específica da ciência e dos cientistas comprometidos com as células-tronco. Isto porque, se a maior parte dos textos foi copiada ou elaborada a partir do material

adquirido junto às agências noticiosas estrangeiras, com pequeno destaque para os pesquisadores nacionais, o recorte adotado foi o de, como nos editoriais, centrar as notícias no enfoque das pesquisas com as CT embrionárias, acentuando o máximo possível a eficiência e superioridade destas células em relação às CT adultas ou maduras, ou ainda as extraídas de cordões umbilicais.

A primeira tarefa do jornalismo científico praticado pelo meio de comunicação analisado foi a de proceder a uma operação de dimensões pedagógicas, buscando apresentar aos leitores os conceitos e as terminologias básicas das ciências que trabalham com as CT. No decorrer do ano analisado, pelos menos 10 artigos foram dedicados exclusivamente para atender a esta demanda. A apresentação de glossários, como o datado de 11 de setembro, ensina uma possível definição de CT e também esclarece qual é, afinal, o campo de atuação da biotecnologia, enquanto que outras matérias abordaram os novos conceitos e os procedimentos laboratoriais empregados nas pesquisas com CT. Claro está que tais matérias podem parecer pífias e mesmo total ou parcialmente errôneas para os especialistas científicos, enquanto que se tornam apoios valiosos para que os leigos se sintam minimamente participantes dos debates sobre uma das principais temáticas da pós-modernidade. As CT, por exemplo, foram em diversas ocasiões definidas como quaisquer células indiferenciadas que podem originar células especializadas e o gene foi explicado como sendo a “parte do DNA que contém uma determinada informação”.

Destes ensinamentos certamente pode resultar em graves erros interpretativos, mas é aconselhável também se lembrar que a mídia trabalha com um perfil caricatural do receptor, tido como alguém incapaz de entender conceitos e problemas mais complexos. Exemplo disto foram as considerações que o jornalista William Bonner teceu sobre o público-alvo do telejornal que ele co-apresenta diariamente: para Bonner, quem assiste ao Jornal Nacional tem a mesma capacidade de entendimento que Homer, o simpático mas também quase sempre estulto pai da família Simpson (LEAL FILHO, 2005)⁴.

Nesta rota, percebe-se que no período anterior à aprovação da Lei de Biossegurança, as CT foram anunciadas como panacéia final para, se não todos, pelo menos para um grande número dos mais graves problemas da saúde humana, sendo corriqueiras as asseverações que apontam que os casos de patologias como o câncer e a distrofia muscular ou deficiências, como a tetraplágia, além de malformações fetais, poderiam ser curados dentro de um curto prazo de tempo. Isso se daria através

⁴ Diferentemente do público que consome os jornais de grande circulação, os leitores das obras de divulgação científica são geralmente melhor considerados. Tocando no assunto, o autor de um conhecido livro que combina divulgação científica com um discurso para especialistas afirmou: “[...] supus que o leigo não tenha conhecimento especializado, mas não supus que ele seja estúpido.” (DAWKINS, 2001, p.17).

da capacidade de os cientistas manipularem as CT para que estas produzissem ou recuperassem qualquer órgão ou tecido, fazendo um articulista afirmar que o emprego dos novos conhecimentos biotecnológicos constituiria “alternativas fáceis e baratas” para os transplantes, sugerindo ainda que os principais obstáculos para a utilização das CT já tinham sido superados pela ciência. As questões éticas geradas pelo uso de CT embrionárias, como nos editoriais, quase não foram focadas, notando-se uma operação de “dessacralização” dos embriões humanos que, em várias oportunidades foram definidos como simples “bolinhas ocas”.

Tornaram-se corriqueiros os textos que versavam sobre as quase diárias “conquistas” comandadas pelos desbravadores pós-modernos da ciência. As percepções sobre as propriedades das CT em “reparar” e “repor” peças corporais tiveram continuidade, por exemplo, em notícias que versavam sobre experimentos relativos à capacidade das CT em se tornarem neurônios motores, ressaltando-se inclusive os casos em que cientistas conseguiram fazer com que CT extraídas de folículos capilares se transformassem em neurônios.

Em 6 de março, poucos dias após a aprovação da Lei de Biossegurança pelo Congresso Nacional, os jornalistas Salvador Nogueira e Reinaldo José Lopes inauguraram um novo prisma de abordagem sobre o emprego terapêutico das CT ao alertarem para o fato de ainda serem “muito arriscados” os testes humanos com as “células coringa”. Ao entrevistarem vários especialistas em biologia celular, ambos os jornalistas informaram aos seus leitores o seguinte:

Para começar, ninguém sabe direito como induzir as culturas de célula a evoluir para o tecido que se quer. “Para quem não tem muita prática, funciona muito pouco. O processo é totalmente empírico, depende de tentativa e erro”, afirma Eliana Abdelhay. “E mesmo assim não funciona sempre, ou na mão de qualquer um”. E, paradoxalmente, também é um pesadelo laboratorial (e financeiro) “segurar” a diferenciação das linhagens para que elas possam ser usadas constantemente. “Elas basicamente fazem o que querem”, diz Ricardo Ribeiro dos Santos (NOGUEIRA; LOPES, 2005, p.A33).

Após a sanção presidencial da Lei de Biossegurança, ocorrida em 25 de março, parece que os articulistas da Folha incorporaram de vez um certo pendor realista, conferindo maior relevância às dúvidas sobre o uso seguro das CT. Se as matérias que louvavam as CT embrionárias e pontificavam que estas eram superiores às CT maduras, os benefícios que eram prometidos para dentro em breve foram deslocadas para um futuro bem mais distante e as certezas foram sendo substituídas pela esperança de que, algum dia, cirurgias e medicamentos de origem genética pudessem estar efetivamente disponíveis para os enfermos e deficientes.

Em uma matéria datada de 13 de abril, o jornalista Salvador Nogueira exaltou os resultados de um estudo que acabara de ser concluído nos Estados Unidos, o qual explicava como o vírus do herpes se instalava no organismo humano. Ainda segundo o mesmo comunicador, tal pesquisa, apesar de não ter curado paraplégicos nem oferecido nenhum tratamento para uma doença grave, representou um “grande avanço” para o conhecimento dos mecanismos das CT e, nesta senda, tornou-se possível o seguinte alerta que, com variações mínimas, seria reproduzido em outras matérias: “[...] essas pesquisas certamente criam esperanças médicas para o futuro, mas não se engane: o caminho é logo e tortuoso. Este é o começo.” (NOGUEIRA, 2005a, p.A16).

Sintomático é também perceber que, desde finais de março, começou a ganhar espaço nas páginas do jornal textos que denunciavam os riscos potenciais do uso de CT devido ao escasso conhecimento científico sobre o assunto. Passou-se a pontuar então que “os testes humanos [com CT] são muito arriscados”, podendo resultar em teratomas, os quais foram inicialmente explicados como sendo “monstruosidades”, “aberrações celulares” e também como “uma maçaroca de todos os tecidos possíveis, de músculo a dentes completamente formados”.

Parece que, desde os dias imediatos após a aprovação da Lei de Biossegurança, uma coisa ficou clara para os jornalistas da Folha: tanto aqueles que apoiavam (onde se incluía boa parte dos profissionais da mídia) quanto aqueles que se postavam contra esta lei deviam agora explicações à sociedade, buscando arregimentar evidências que comprovassem seus posicionamentos. Marcelo Leite, editor do “Caderno ciência”, em 6 de março elucidou a tarefa que deveria ser realizada a partir daquele momento:

E fez-se a luz, dirão os entusiastas incondicionais da tecnociência, após a aprovação da Lei de Biossegurança. O obscurantismo foi vencido pela Razão e o país está enfim livre para gozar das maravilhas da biotecnologia, terapias com células-tronco embrionárias e alimentos geneticamente modificados (transgênicos) (LEITE, 2005, p.9).

Após invocar a voz da secretária da Associação de Portadores de Deficiência da Prefeitura de São Paulo, que asseverava que “[...] daqui a 3 ou 5 anos teremos condições de usar os avanços da ciências para pessoas como eu possam recuperar os movimentos”, o articulista concluiu:

Ao público, ou seja, aos consumidores de transgênicos e de outras promessas biotecnológicas, cabe manter a vigilância sobre pesquisadores, governantes, ambientalistas e jornalistas que as propagam. Tomá-los pela palavra, pensar com a própria cabeça e parar de comer na mão de um fundamentalismo qualquer. Crescer e aparecer (LEITE, 2005, p.9).

Apesar disso, a Folha continuou se apresentando como o paladino do uso das CT embrionárias, transpondo para o tempo futuro os resultados altamente benéficos para o Homem das pesquisas realizadas no presente, localizando no momento atual uma “medicina futurista”, com observações que diziam “não ser mágica” os experimentos que então estavam sendo desenvolvidos. Em 13 de dezembro, por exemplo, uma matéria assinada por Reinaldo José Lopes abordou o fato de que filhotes de camundongo foram submetidos a intervenções ainda em estágio fetal, recebendo o implante de CT embrionárias humanas no cérebro e que tais células se integraram perfeitamente ao órgão, criando cobaias cujos cérebros eram parcialmente humanos. Tal informação foi avaliada como “a mais nova prova do potencial científico das CT embrionárias humanas” (LOPES, 2005a, p.A20).

A mescla de reticência e euforia que transparecia nos textos jornalísticos – lembrando projeções das culturas “da segurança” e “de risco” – é uma tônica que passou a pautar cada uma das produções midiáticas, buscando diluir os receios em prol do entusiasmo com a medicina celular. Mesmo quando surgiam polêmicas sobre o uso de CT adultas, como no caso do paciente acometido por esclerose lateral amiotrófica que faleceu em Ribeirão Preto após ser submetido ao primeiro transplante no país de medula óssea com CT, o jornal assumiu imediatamente que o óbito não se deveu à intervenção, mas sim por “outros motivos”, os quais nunca foram esclarecidos aos leitores. Em relação ao resultado do emprego de CT neste mesmo paciente, a Folha noticiou que “foi considerado positivo”, afirmação que certamente deve ter causado certo estranhamento para muitos leitores.

A construção das identidades

Uma das dimensões fundantes do texto jornalístico é a manipulação das identidades dos personagens que freqüentam os noticiários. Ricos ou pobres, brancos ou negros, sadios ou enfermos, intelectuais ou analfabetos, partidários ou opositores a uma causa, todos são alvo de atribuição de identidades, as quais se apresentam, no mínimo, parcialmente injustificáveis. A regra obedecida na produção de uma notícia é que, desde a *lide* (parágrafo de abertura ou subtítulo de uma notícia), o leitor seja informado, dentre outras coisas, sobre quem e o que se está falando, o que implica a qualificação identitária dos personagens invocados (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004). Esta operação torna-se ainda mais importante para o jornalista quando gera possíveis controvérsias, circunstância que desperta a atenção do público e contribui para a boa vendagem do jornal.

Seguindo a linha adotada nos editoriais, os jornalistas da Folha focaram os debates sobre o emprego das CT através do confronto entre os favoráveis e os

contrários ao estabelecido pela Lei de Biossegurança, dando destaque muito mais às autoridades científicas e religiosas que se opunham, tema explorado em 38 matérias, do que as que defendiam o assunto em destaque, apresentadas em 22 matérias. Isto não implica que, no conjunto geral das notícias, não estivessem incorporadas as mesmas premissas observadas nos editoriais. Nesta situação, alguns jargões que originalmente foram entoados pelos contrários às novidades da ciência – como “direito à vida” e “vida digna” – foram assumidos em várias matérias, com sentido diferente, pelos entrevistados e jornalistas que defendiam o teor da Lei de Biossegurança.

Uma das estratégias adotada pelo jornal foi destacar, através de 11 matérias, situações qualificadas como “dramas humanos”, colhendo depoimentos e produzindo textos sobre as condições atuais de vida de portadores de doenças e lesões que, pelo menos em tese, poderiam ser beneficiados com o uso terapêutico das CT. No dia 26 de março, por exemplo, alinhou-se a declaração da mãe de um jovem acometido de insuficiência renal crônica, que confidenciava que “nós temos muita fé, muita esperança de que essas células-tronco ainda vão curar meu filho” à fala de um médico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto que alertava: “[...] pessoas que já não tinham esperança estão vendo nas pesquisas com células-tronco embrionárias uma luz no fim do túnel. Mas não podemos dizer que há tratamento. Não podemos criar falsas ilusões.” (COLLUCCI, 2005, p.C1). Vários outros casos também foram abordados, como o do adolescente que perdeu a visão, a de Marcelo Yuka, ex-integrante do grupo Rappa, que tornou-se tetraplégico devido a um ferimento a bala e, especialmente, a de um banqueiro paulista, portador de esclerose lateral amiotrófica que, diagnosticado como tendo, no máximo, mais três anos de vida, em setembro entrou na Justiça com um pedido para obter o direito de, mediante pagamento, submeter-se a um transplante experimental de CT extraídas dele mesmo, já que esse tipo de intervenção ainda não havia sido admitido pelo Ministério da Saúde (COLLUCCI, 2005, p.C1).

Foi nesse contexto que o diário abriu oportunidade para que, através de longas entrevistas ou de fragmentos de declarações, os contrários ao emprego de CT embrionárias expusessem em público seus argumentos.

A opção adotada pela Folha foi clara: privilegiar a voz dos representantes da Igreja Católica, evitando outras vertentes religiosas, até mesmo para legitimar a perspectiva que os católicos compunham o maior grupo que se postava contra o uso das CT embrionárias. Assim, ganharam renovada evidência vários líderes católicos, de Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB, a Cláudio Hummes, cardeal-arcebispo de São Paulo, passando por vários outros sacerdotes e teólogos de menor destaque, sendo suas idéias insistentemente expostas no decorrer do ano de 2005. Os argumentos centrais invocados por todos esses entrevistados foram de duas ordens: a primeira delas, esposada sobretudo por Hummes nas inúmeras entrevistas que concedeu ao jornal, constitui-se na necessidade de submissão do clero às orientações

emanadas pelo Vaticano, enquanto que Dom Luciano Mendes de Almeida colocou a questão, em artigo de sua autoria, datado de 5 de março, nos seguintes termos:

Quanto ao uso de células-tronco maduras, os resultados são promissores e eticamente válidos. A restrição, no entanto, está no recurso às células-tronco embrionárias, cujo uso implica na destruição do embrião e, por isso, é moralmente inaceitável, uma vez que ao ser humano, desde a sua concepção, compete a sua inviolável dignidade. Não é portanto admissível, à luz dos princípios éticos, o voto do Senado e da Câmara dos Deputados que permite sacrificar o embrião humano e reduzi-lo a material de experimentação. Nenhum progresso científico é verdadeiro se elimina a vida humana em qualquer fase em que se encontre (ALMEIDA, 2005, p.A2)

Deslocando a ótica para o catolicismo internacional, ao referir-se tanto ao papa João Paulo II quanto a Bento XVI, a Folha fez questão de destacar a biografia de ambos os personagens, informando que, apesar de os pontífices em tela mostrarem-se comprometidos com a promoção da justiça e do bem-estar da Humanidade, condenavam a homossexualidade, o uso de preservativo, o prática do sexo antes do casamento, o aborto e o emprego de CT embrionárias, compondo um quadro frequentemente reiterado que esvaziava as possibilidades de diálogo. Em vez de favorecer os debates, o jornal voltou-se precipitadamente para a conclusão de que a Igreja Católica, por obedecer aos seus dogmas, estava bloqueando o desenvolvimento da ciência e, mais do que isto, “transformando em Galileus” os pesquisadores do potencial encontrado nos produtos extraídos de embriões humanos.

Afora os religiosos, também ganharam destaque alguns personagens de relevância na esfera política nacional e internacional. No ambiente externo, ao se analisar as leis de biotecnologia vigentes nos Estados Unidos, o presidente Bush foi avaliado como líder do “*establishment* conservador”, sinônimo também de “direita norte-americana” e seus posicionamentos foram automaticamente associados às diretrizes emitidas pelo Vaticano.

No contexto nacional, o nome mais mencionado foi o do deputado federal pernambucano Severino Cavalcanti, do Partido Progressista, e que ocupava a presidência da Câmara dos Deputados no momento de votação da Lei de Biossegurança. Sobre este personagem, diversas matérias sugeriram os motivos para sua reprovação do uso das CT embrionárias: o apego ao tradicionalismo cristão, sua ignorância em relação a quase tudo e, sobretudo, os interesses escusos que o levaram a se associar ao “*lobby* religioso” que atuava na esfera política. Para o jornal, valia qualquer argumento para desqualificar os contrários às suas opções.

A oposição ao uso de CT embrionárias que mais suscitou polêmicas no jornal deu-se em 8 de junho, com um artigo assinado pelo jurista Ives Gandra da Silva Martins e pela biomédica Lílian Piñero Eça, e isso porque Ives Gandra havia se tornado, no decorrer das duas últimas décadas, um dos advogados mais invocados pela própria Folha como personalidade de proa no cenário jurídico-político nacional. Gandra e Eça exploraram não só o Código Civil e a Constituição, como também inúmeras pesquisas científicas produzidas no Brasil e no exterior para elencar uma série de argumentos que fluíam para a impropriedade do uso de CT embrionárias, defendendo o emprego exclusivo de CT adultas e as extraídas de cordões umbilicais.

Com isso, os autores não só coincidiram suas afirmações com as orientações da Igreja Católica, mas também convalidaram, explicitamente, a legitimidade da ação direta de inconstitucionalidade movida contra a Lei de Biossegurança. As conclusões a que chegaram os intelectuais em pauta foram incisivas:

Como se percebe, em vez de o governo aplicar recursos na manipulação e eliminação de seres humanos, transformados em cobaias, como no nacional-socialismo alemão, poderia investir maciçamente na investigação de células-tronco do próprio paciente ou na dos cordões umbilicais.

Creemos que, se o STF declarar a inconstitucionalidade da manipulação dos embriões humanos, voltará o governo seus olhos para aquelas experiências com células-tronco adultas, cujos resultados, no mundo inteiro, são cada vez mais auspiciosos (MARTINS; EÇA, 2005, p.A3).

A primeira resposta a este artigo demorou mais de um mês para ser dada, e não a foi por intermédio do corpo de jornalista da Folha, não só porque seria algo contraditório desqualificar um artigo co-assinado por Gandra como fruto exclusivo de opções religiosas, como também porque a complexidade e sofisticação do texto de 8 de junho certamente mostravam-se incompatíveis com a formação generalista da maior parte dos jornalistas da empresa que o publicara. Em 14 de julho, o médico Marcos Segre e a advogada Gabriela Cuz ponderaram que a essência da vida é matéria subjetiva, sendo que, no âmbito religioso, “a vida precede a concepção e o nascimento e ultrapassa a morte”, enquanto que no campo das ciências médico-biológicas, a vida foi explicada como um conjunto de características “absolutamente variáveis de uma espécie para outra [...], todas elas observadas e verificadas por estudiosos” (SEGRE; GUZ, 2005, p.A3).

Segre e Cuz preferiram fugir do confronto aberto, aconselhando apenas a necessidade de maiores debates sobre o tema. Em 8 de agosto, as advogadas Flávia Piovesan e Adriana Esteves Guimarães assinaram um artigo que, declaradamente,

buscava oferecer uma resposta direta ao texto de Gandra e Eça. Apoiando-se exclusivamente em artigos do Código Civil e nos princípios constitucionais, as causídicas confrontaram-se tanto com Gandra quanto com Fonteles para atestar a validade da Lei de Biossegurança, oferecendo uma conclusão afinada com a proposta do jornal:

A Lei da Biossegurança conjuga [...] a ousadia da ciência e a prudência da ética. Ao propiciar extraordinários avanços científicos, a Lei de Biossegurança vem a estender e a ampliar o alcance da proteção constitucional dos direitos à vida e à saúde, com o triunfo da dignidade humana. A partir de um juízo de ponderações de valores, caberá ao Supremo Tribunal Federal, como guardião maior da Constituição, a missão histórica de efetivar a vontade constitucional a favor do direito à vida digna, no marco de um Estado laico, pluralista e democrático (PIOVESAN; GUIMARÃES, 2005, p.A3).

De nada adiantou a médica e conselheira da CNBB Zilda Arns Neumann, irmã do cardeal Arns, em artigo publicado em 14 de agosto, declarar que a ética e a moral não são exclusivas da religião, devendo isto sim servir de guia para a sociedade e suas instituições, inclusive as de âmbito científico-tecnológico (NEUMANN, 2005). Seu alentado artigo buscou afastar-se do campo religioso para se ater a indicações escudadas tanto na Medicina quanto no Direito e na Filosofia, aproximando-se do percurso realizado por Gandra e Eça. Mas suas observações não receberam comentários por parte dos jornalistas da Folha. Um silêncio que disse – e continua dizendo – muito.

Para o jornal, o procedimento que continuou sendo adotado foi o de associar os contrários à utilização das CT embrionárias à submissão aos dogmas religiosos do catolicismo romano.

Heróis e vilões

A circunstância de as CT, no âmbito dos conhecimentos gerados pela biologia celular e molecular corresponderem à abertura de um novo tempo em relação ao entendimento e tratamento das enfermidades e das incapacidades corpóreas ganhou, através das lentes midiáticas, dimensões sensacionais, nas quais o afloramento de “heróis” e “vilões” ganharam sentidos abrangentes na constituição de identidades positivas e negativas. Nesse contexto, alguns personagens foram momentaneamente recobertos de glórias ou de reprovações e, pelo menos em um caso, tanto de uma quanto de outra. Para além disso, as explicações que implícita ou explicitamente atribuíram a uns poucos indivíduos o desenrolar de um processo acabaram

favorecendo a constituição de uma história caricatural que tem ofuscado mais do que esclarecido as verdadeiras forças que estavam e ainda estão em jogo.

Claro está que, no contexto da análise, os heróis foram aqueles que, cientistas ou não, mereceram algum tipo de destaque ou homenagem por apoiarem o uso de CT embrionárias e, em alguns casos, por desenvolverem estudos sobre o assunto. Nas páginas da Folha, a geneticista Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP e pró-reitora de pesquisa da mesma universidade, foi alvo de inúmeras referências altamente elogiosas, tanto porque seu nome e seus estudos sobre distrofia muscular receberam destaque na revista *Science* quanto pelo fato de ela ter atuado em prol da aprovação da Lei de Biossegurança e ainda ter se confrontado com as agências governamentais de financiamento de pesquisas que, num dado momento, furtaram-se ao compromisso de conceder auxílio para os pesquisadores que estavam estudando as CT embrionárias. O nome e as declarações de Zatz foram invocados em 26 artigos durante o ano, inclusive em uma matéria que tinha como tema as mulheres bem sucedidas em suas respectivas profissões. Da mesma forma, mesmo sem ser especialista no assunto, o nome de Dráuzio Varela foi também exaltado diversas vezes, especialmente pelo tom didático de seus textos e apresentações a favor do uso de CT embrionárias. Vale ainda lembrar que ambos os personagens foram convocados para participar de eventos que, patrocinados pela própria Folha de S. Paulo, ostentaram como objetivo colocar em discussão questões relacionadas com o uso de embriões humanos em pesquisas científicas.

Algumas personalidades ganharam destaques temporários. Em 29 de março, o jornal informou que a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que permitia o uso de CT embrionárias contava, segundo um artigo, “com uma heroína”: Ana Cavalcanti, filha do deputado Severino Cavalcanti, fisioterapeuta, deputada estadual e cristã confessa, a qual foi objeto de sucessivas entrevistas. Isto porque, ainda segundo a Folha, sua atuação foi fundamental para a “conversão” de seu pai para a causa da aprovação da Lei de Biossegurança, já que, como presidente da Câmara dos Deputados, Severino dispunha de poderes suficientes para, no mínimo, adiar mais uma vez a votação do projeto. Em entrevista datada do dia posterior à aprovação da lei, Ana incorporou exemplarmente o papel de “heroína” que lhe foi imputado pois, como todo herói clássico, mostrou-se humilde (ou talvez populista, já que ocupa cargo político) a ponto de afirmar que “[...] meu lobby com papai foi muito menor do que a presença de portadores de necessidades especiais esperando por ele na Câmara.” (FACCIO, 2005, p.23).

Na galeria de “figuras ilustres” geradas pelas questões relativas ao uso de CT, nenhum outro personagem ganhou maior destaque que o sul-coreano Woo Suk Hwang, pesquisador da Universidade Nacional de Seul. Se seu nome vinha sendo mencionado em matérias anteriores a 2005, neste ano foi tema de 36 artigos,

e isto por motivos opostos: as 18 primeiras matérias enlevaram o personagem e sua obra, enquanto que os demais textos jornalísticos mostraram-se empenhados exclusivamente na detração do cientista e de suas pesquisas.

Considerado como o “principal expoente” científico no uso das CT embrionárias e na identificação de novas linhagens terapêuticas, Hwang recebeu o crédito de ter colocado seu país na liderança das pesquisas no setor. Sua presença no Brasil foi avaliada pela mídia como um “grande acontecimento”, sendo o cientista “adotado” pela Folha inclusive porque suas idéias se ajustavam ao posicionamento assumido pela empresa jornalística, e também pela circunstância de ter o pesquisador coreano acenado com a possibilidade de estabelecimento de laços de cooperação com seus pares tupiniquins.

Fato raro no “Caderno Ciência”, em 8 de junho Hwang foi brindado com uma longa entrevista na qual foi apresentado como “comandante” de um grupo de cientistas que “fez manchetes no mundo todo com suas pesquisas nos últimos dois anos”. Na matéria em questão, ele assumiu, nem sempre com total razão, a posição de pioneiro em várias frentes de experimentos biotecnológicos, declarando também que não desejava que os conhecimentos que estavam sendo gerados por sua equipe mantivessem-se exclusivos, pretendendo compartilhá-los com pesquisadores de todo mundo, inclusive com os brasileiros (NOGUERIA, 2005b, p.A21).

A situação de ter conseguido superar os norte-americanos em seu campo de estudo chamava a atenção, permitindo que Lygia Pereira, pesquisadora da USP, em tom de jocosidade, tecesse a seguinte consideração: “Fico me perguntando porque [sic] o último autor do artigo é o único dos EUA. Fica patente que a Coreia do Sul é o ‘paraíso fiscal’ da clonagem terapêutica.” (LOPES, 2005c, p.A18). Tal brincadeira foi aproveitada pela Folha, pois permitia uma vez mais que fosse lembrado ao leitor que a política científica adotada por George W. Bush estava obstaculizando os estudos com CT embrionárias em seu país, subliminarmente invocando os confrontos que vinham ocorrendo sobre o mesmo tópico, no contexto nacional.

Maior reverência ainda foi destinada a Hwang quando, em 19 de outubro foi anunciado que ele iria auxiliar seus pares norte-americanos a criar novas linhagens de CT através de um consórcio internacional liderado pelos sul-coreanos e que contaria com a participação de pesquisadores britânicos. O destaque conferido ao assunto deu-se porque, com essa decisão, seria possível driblar o que foi qualificado como a “política científica reacionária” vigente nos Estados Unidos (COREANOS..., 2005, p.A16).

O dia 14 de novembro foi decisivo para a falência do culto midiático – e também da comunidade científica internacional – a Hwang. Naquele momento, uma curta matéria enfatizava o conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo cientista,

inclusive a criação de Snuppy, que seria o primeiro cão clonado segundo os princípios formulados pela equipe sul-coreana (GRUPO..., 2005). Apesar disso, outra matéria, bem mais extensa, oferecia informações sobre os primeiros indícios de quebra de ética por parte do cientista. Na dúvida, o jornal preferiu adotar uma postura reticente, aproveitando as ponderações de um cientista norte-americano para afirmar que os trabalhos do coreano representavam “um conjunto de descobertas fundamentais que aceleram a pesquisa biomédica” (ÉTICA..., 2005, p.A11).

Nas matérias seguintes, o tom algo condescendente foi sendo completamente suprimido, devido às acusações cada vez mais contundentes sobre as atitudes atribuídas ao cientista. Em 24 de novembro, Hwang foi acusado de comportamento antiético por ter pago alguns milhares de dólares para cada mulher que disponibilizasse seus óvulos para pesquisas. Apesar de vários cientistas nacionais terem se colocado a favor da compra de óvulos, o que era e continua sendo considerado ilegal pela legislação sul-coreana, novas acusações foram reveladas no mesmo dia, desde os riscos orgânicos não informados às “doadoras”, que receberam aplicações de drogas provocadoras de superovulação, até o fato de Hwang ter aproveitado seu poder e prestígio para exigir que algumas das pesquisadoras sob seu comando também doassem seus óvulos, sob pena de se assim não fizessem, perderem seus empregos (HWANG..., 2005, p.A20).

No dia seguinte, uma nova matéria informava que o cientista assumira a responsabilidade pelo que tinha feito, sendo que uma de suas afirmações abria chances para a relembração de um velho pesadelo da sociedade em relação à ciência: a existência de uma prática que colocava seus objetivos acima da dignidade e segurança da espécie humana. Isto porque Hwang admitiu publicamente que “[...] ao ficar excessivamente preocupado com o desenvolvimento científico, posso não ter percebido todas as questões éticas ligadas à minha pesquisa”. Sua demissão dos cargos privilegiados que até então ocupara foram avaliadas pelo próprio cientista como “minha maneira de buscar o arrependimento.” (LOPES, 2005b, p.A28).

Mas, as acusações contra Hwang não pararam por aí. O que foi definido pelo jornal como “tempestade bioética” teve prosseguimento em 7 de dezembro, quando foi divulgado que um de seus artigos, publicado pela prestigiada *Science*, e que apresentava 11 linhagens de CT embrionárias criadas a partir de pacientes humanos, era parcialmente resultado de uma fraude. Nos dias seguintes, constatou-se que não menos que 9 das linhagens foram fraudadas, colocando em suspeita todas as pesquisas em que Hwang havia participado, inclusive a clonagem canina.

No último dia de 2005, a Universidade Nacional de Seul concluiu ser “uma fraude completa” a pesquisa com linhagens de CT embrionárias a partir de clones. Pouco antes, a Folha informou a seus leitores que a revista *Science* havia excluído

do rol de pesquisas relevantes do ano todos os experimentos realizados por Hwang, o personagem que havia começado o ano como herói e o terminara como um dos mais execrados vilões da história das ciências.

A reação dos leitores

O destaque conferido ao jornal às notícias sobre as CT embrionárias certamente resultou numa vigorosa operação de inserção do tema no cotidiano dos leitores. Nesse sentido, o assunto foi explorado insistentemente, inclusive de forma marginal em matérias de pouca importância, classificadas como *faits-divers*, e que são corriqueiramente utilizadas para ocupar os espaços não preenchidos de um órgão impresso. Assim, o tema foi apresentado aos leitores através de referências praticamente desnecessárias em 15 matérias. Numa delas, abordava-se o assassinato de um rapaz, acrescentando o detalhe que, pouco antes de ser morta, a vítima estava escrevendo um trabalho escolar sobre as CT; em outra, questionava-se se um dos primeiros filmes produzido por George Lucas não poderia estar abordando as CT duas décadas antes que o assunto se tornasse de interesse científico, enquanto que ainda em outra nota informava-se que o apresentador Marcos Mion e sua esposa haviam decidido armazenar CT embrionárias do filho recém-nascido, mediante o congelamento de seu cordão umbilical, relatando-se ainda o nome da clínica em que o procedimento tinha sido realizado e o material biológico guardado.

No mesmo ritmo, em 3 de setembro o tema científico foi invocado para contribuir para a estigmatização da capacidade intelectual de artistas e modelos. Segundo a matéria, a diretora-presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, ao ser questionada sobre as qualidades que alguém deveria reunir para exercer a profissão de modelo, teria afirmado: “É, tem que ter o biótipo certo, mas com essa coisa de pesquisa com células-tronco, não sabemos como isso vai ser no futuro”, acrescentando uma jornalista que a entrevistada havia usado todo seu “conhecimento científico” para elaborar sua declaração (LEMOS, 2005, p.C11).

A insistente operação de instalação do tema na consciência grupal, isto é, de favorecimento da constituição de um conhecimento público sobre as CT pode ser verificada através da seção “Painel do leitor”. Ressalta-se que o setor do jornal responsável pela seleção das mensagens elaboradas pelos leitores descarta aquelas que são consideradas impertinentes ou destituídas de importância, publicando apenas trechos que são julgados úteis para os demais leitores. Nesta tarefa, os órgãos da imprensa buscam avaliar as reações do público em relação às matérias veiculadas, posicionando-se ao mesmo tempo como um canal de mediação entre a sociedade e

as instituições abrangentes, inclusive as que atuam no campo científico (FAUSTO NETO, 1999).

No decorrer de 2005, em 16 edições o “Painel do leitor” focou as CT, veiculando fragmentos de 23 mensagens enviadas à redação. Como nas matérias assinadas por jornalistas ou por autoridades de diversos setores sociais, ficou patente que as correspondências, com uma única exceção, postaram-se a favor ou contra a utilização das CT extraídas de embriões humanos. Da mesma forma, os argumentos utilizados pelos favoráveis ao estabelecido pela Lei de Biossegurança repetiram os estigmas explorados pela Folha, taxando seus antagonistas de “cristãos”, “reacionários” e “baderneiros” que, por um motivo nunca revelado, não queriam contribuir para a melhoria das condições dignas de vida dos debilitados, os quais nutriam como única esperança as terapias produzidas a partir das CT embrionárias.

Além disto, uma carta declarou que a aprovação da lei de 2 de março constituía-se “no triunfo da democracia”, enquanto que várias outras tiveram seus remetentes identificados como pais ou tutores de vítimas de enfermos ou deficientes que só poderiam recuperar a saúde mediante o emprego terapêutico de CT embrionárias. Uma dessas mensagens, datada de 7 de julho, dizia:

Eu não entendo o porquê de tanta polêmica em torno de blastocistos congelados que sempre foram e serão descartados. O meu filho, que tem três aninhos e tenta sobreviver com uma doença sem cura, ele, sim, merece ser respeitado como ser humano, pois ele existe e é fruto de um amor. Para que tanta hipocrisia? (CÉLULAS-TRONCO, 2005a, p.A3).

Em resposta às declarações favoráveis ao uso do material extraído de embriões humanos, os opositores a esta medida enviaram cartas de apoio aos articulistas que se postavam contra o estabelecido pela Lei de Biossegurança, acrescentando outros supostos motivos para a rejeição do estabelecido legalmente. No dia 5 de março, um missivista contrário ao uso de CT embrionárias humanas, identificado como Herbert Praxedes, o qual se apresentou como médico, professor de medicina e coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina e do Hospital A. Pedro da UFF, arregimentou uma série de motivos para seu posicionamento, desde o “total desconhecimento da matéria” pelos membros da Câmara que aprovaram a Lei de Biossegurança, a ação do “lobby preparado com a presença de vários pacientes portadores de doenças degenerativas”, até a indiscutível eficiência das CT adultas no tratamento de várias patologias, alegando ainda que, “com as embrionárias nada se conseguiu”.

Por fim, Praxedes concluiu:

O motivo real e oculto dessa pressão, que tem até financiamento do exterior, é a liberação do aborto no Brasil. [...] Hoje são os embriões, amanhã serão os idosos, os deficientes, os incapazes, seres que foram considerados ‘desprovidos de valor para viver’, no dizer de um dos intelectuais do nazismo. (CÉLULAS-TRONCO, 2005b, p.A3).

A desconfiança – ou certeza – de que os motivos que levaram à permissão oficial para a utilização de material extraído de embriões humanos para a realização de pesquisas eram frutos de um complô foi apresentada por outros leitores. Em grupo, esses indivíduos sugeriram que a aprovação da Lei de Biossegurança, o silêncio sobre a eficiência das CT maduras e o pouco destaque concedido à utilização de material extraído de cordões umbilicais deviam-se a uma conspiração que associara empresas farmacêuticas, grupos políticos, equipes de pesquisadores científicos e a própria mídia, todos eles comprometidos com a busca de lucros fáceis.

Com maior comedimento, ainda em 6 de março, Claudia M.C. Batista, que se apresentou como professora do Departamento de Histologia e Embriologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e “uma das pouquíssimas pesquisadoras que estudam o uso de células-tronco no tratamento de doenças neurovegetativas no Brasil”, recorreu ao “Painel do leitor” para informar que o emprego de CT maduras estava dando bons resultados, acrescentando que “[...] todas as terapias testadas no Brasil e no mundo até hoje foram feitas apenas com células maduras, e só estas alcançaram resultados promissores.” A mesma pesquisadora acrescentou ainda que, ao regressar de uma viagem ao exterior, sentiu-se constrita com a euforia causada pela aprovação da Lei de Biossegurança, porque o dispositivo legal causou esperanças “sem fundamentos e sem base científica” para os portadores de deficiências físicas (LEI..., 2005, p.A3).

Reagindo à argumentação desta docente, no dia seguinte um leitor afastou-se do crivo maniqueísta ao ponderar que Claudia Batista tinha sido parcial e que ambos os tipos de CT deveriam ser pesquisados. Para ele, a importância da Lei de Biossegurança residia no fato de permitir a expansão das pesquisas e, mesmo que no futuro as CT embrionárias não resultassem em melhores estratégias para o tratamento dos pacientes, pelo menos acabar-se-ia com as dúvidas sobre a potencialidade terapêutica do material extraído de embriões humanos.

A partir das mensagens reproduzidas na seção de cartas dos leitores da Folha é possível se perceber que o jornal contribuiu para a constituição de uma consciência crítica sobre o tema abordado neste texto, permitindo também que novos argumentos, justificados ou não, fossem colocados em evidência, sobretudo pelos cidadãos que se postaram contra a utilização de embriões humanos em experimentos científicos.

Considerações finais

Ao assumir a importância das CT embrionárias para o desenvolvimento das pesquisas científicas e a obtenção de possíveis tratamentos dos enfermos, a Folha de S. Paulo utilizou todos os recursos midiáticos possíveis para firmar seus posicionamentos como os únicos ancorados em princípios racionais. Simplificação das questões científicas, estigmatização dos seus opositores, distorção dos argumentos invocados pelos oponentes à Lei de Biossegurança, censura velada às informações sobre as alternativas representadas pelas CT maduras e as extraídas de cordões umbilicais foram alguns dos dispositivos que o jornal lançou mão.

Ao mesmo tempo, depois da predominância de uma postura exclusivamente otimista sobre as pesquisas e as possibilidades de, em curto prazo, estarem disponíveis cirurgias e drogas para os doentes mais graves, fluíram visões mais moderadas que versavam sobre as dificuldades com que os pesquisadores se defrontavam, deslocando para o futuro os possíveis benefícios dos conhecimentos que estavam sendo obtidos pela biotecnologia. Nesse processo, otimismo e cautela passaram a conviver nas notícias veiculadas, fazendo florescer uma polifonia na imprensa que, nos quadros da pós-modernidade desenhada, permitiram a veiculação de textos jornalísticos e artigos de representantes das principais instituições sociais que deixaram claro, às vezes em uma mesma peça, a constância de avaliações voltadas tanto para o presente quanto para o futuro da espécie humana.

Nestes termos, bem mais do que um embate entre o tradicional e a modernidade tardia, ou entre a ciência e a religião, como queria – e continua querendo – a própria Folha, o que se nota é a existência de um processo instruído pela reflexividade social que, segundo as propostas de Anthony Giddens, ora aponta acena para avaliações tributárias da “cultura da segurança” ora para a “cultura de risco”.

Entre um e outro encaminhamento, encontram-se leitores ávidos por inteirarem-se das complexas questões científicas que dominam o presente, viabilizando que os meios de comunicação de massa se posicionem como uma dos principais instrumentos de produção de um conhecimento público. Ressalta-se, entretanto que, apesar da tendência de uma parte dos leitores assumirem as posições esposadas pela Folha, outra parcela reagiu às informações, ditando os limites do agendamento midiático unidirecional e tomando o partido oposto àquele assumido pelo jornal. Consumir uma matéria jornalística não é o mesmo que identificar-se com o seu teor e sim utilizá-la como dispositivo para a constituição do próprio sentido de cidadania. E, nesse sentido, o jornal cumpriu sua missão.

MEDIA AND PUBLIC KNOWLEDGE: NEWS ON STEM-CELL STUDIES

ABSTRACT: *This text seeks to analyze the Folha de São Paulo newspaper's focus on the employment of stem-cells in scientific research, looking into editorials, articles and reader letters published throughout 2005. The analysis of the newspaper's own texts leaves no doubt as for the editors' support of broad stem-cell employment in research, but the letters from readers show that not everyone agrees with the newspaper's version of the facts. In this process, media contributes in building general public knowledge on cell and molecular biology-related themes, without, however, establishing the newspaper's opinion as the irrefutable truth.*

KEYWORDS: *Media. Newspaper. Public knowledge. Stem-cell. Folha de S. Paulo.*

Referências

- A AÇÃO de Fonteles. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2005. Opinião, p.A2.
- ALMEIDA, L.M. de. Pesquisa científica e células-tronco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2005. Opinião, p. A2.
- BREED, W. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p.152-166.
- CÉLULAS-TRONCO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jul. 2005. Opinião, p. A3.
- CÉLULAS-TRONCO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2005. Opinião, p. A3.
- CIÊNCIA e crença. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2005. Opinião, p.A2.
- COLLUCCI, C. Expectativa com células-tronco gera superoferta e “cobaías” para estudos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 2005. Cotidiano, p. C1.
- COREANOS vão ajudar grupo americano a fazer linhagem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 out. 2005. Caderno Ciência, p.A16.
- DAWKINS, R. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.
- ECO, U. Cultura de massa e “níveis” da cultura. In: _____. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p.33-67.

- EM PROL da ciência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 fev. 2005. Opinião, p. A2.
- ÉTICA encerra parceria de eua e coreanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2005. Caderno Ciência, p. A11.
- FACCIO, L. Razão e fé. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2005. Folha Sinapse, p.23.
- FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.
- FRAUDE científica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2005. Opinião, p.A2.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- GIDDENS, A.; BECH, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- GRUPO também criou o 1º. clone de um cachorro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2005. Caderno Ciência, p.A11.
- HWANG enfrenta novas acusações de falta de ética. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2005. Caderno Ciência, p.A20.
- LEAL FILHO, L. De Bonner para Homer: Jornal Nacional. **Carta Capital**, São Paulo, n.371, p.6-7, 2005. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=358ASP010>>. Acesso em: 05 dez. 2005.
- LEI de biossegurança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 mar. 2005. Opinião, p.A3.
- LEITE, M. Promessas e dívidas da biotecnologia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 mar. 2005. Mais!, p. 9.
- LEMOS, N. Tops desfilam em trio elétrico no recém-criado 'dia da modelo'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 set. 2005. Cotidiano, p. C11.
- LIMA, V.A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LOPES, R.J. Célula humana se une a cérebro de roedor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2005a. Caderno Ciência, p. A20.
- _____. Coreano admite falhas éticas e deixa cargo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 maio 2005b. Caderno Ciência, p. A28.
- _____. Regulação clara impulsiona orientais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio 2005c. Caderno Ciência, p. A18.

- MARTINS, I.G. da S.; EÇA, L.P. Verdade sobre células-tronco embrionárias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2005. Opinião, p. A3.
- NEUMANN, Z.A. Missão do legislador: proteger a vida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2005. Opinião, p. A3.
- NOGUEIRA, S. Estudo expõe outro lado de célula-tronco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2005a. Folha Ciência, p. A16.
- _____. Copiar humano é impossível, diz coreano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2005b. Caderno Ciência, p. A21.
- NOGUEIRA, S. ; LOPES, R.J. Testes humanos ainda são muito arriscados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 mar. 2005. Folha Ciência, p. A33.
- PIOVESAN, F.; GUIMARÃES, A.E. O direito à vida digna. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2005. Opinião, p. A3.
- PONTE, C. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- RAMOS, F. P. Sobre a divergência dos meios e as imagens maquínicas. In: PRADO, J. L. A. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p.98-110.
- RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p.27-33.
- SCHUDSON, M. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- _____. Porque é que as notícias são como são? **Comunicação e Linguagem**, Lisboa, n.8, p.17-27, 1988.
- _____. Deadlines, datelines and history. In: SCHUDSON, M.; MANOFF, R. (Ed.). **Reading the news**. New York: Pantheon Books, 1987. p.79-108.
- SEGRE, M.; GUZ, G. Início da vida e células-tronco embrionárias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2005. Opinião, p. A3.
- SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- SILVA, C.E.L. da. **Mil dias**: seis mil dias depois. São Paulo: PubliFolha, 2005.
- VETO à ciência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2005. Opinião, p. A2.

VITÓRIA da razão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 mar. 2005. Opinião, p. A2.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

ZANCHETTA JÚNIOR, J. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.